

RESOLUÇÃO N. 01/2018

Estabelece regras para o Programa de Assistência Educacional para o Colégio Antônio Alves Ramos.

Art. 1º - O Programa de Assistência Educacional do Colégio Antônio Alves Ramos, será executado dentro dos limites das disponibilidades financeiras da Instituição, destinadas para tal fim atendendo ao [DECRETO Nº 8.242, DE 23 DE MAIO DE 2014](#) que regulamenta com a Lei nº 12.101 de novembro de 2009, vide [Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013](#) e também Portaria Normativa nº 15, de 11 de agosto de 2017. Tem como objetivo possibilitar o acesso à educação básica, na forma delimitada pela legislação vigente.

Art. 2º - As inscrições são disciplinadas por edital, que determina o período, os requisitos e a documentação exigida. Para concorrer, o candidato deve:

- a) Ser estudante matriculado no ensino regular;
- b) Apresentar cópia legível e fidedigna da documentação solicitada, dentro do prazo estabelecido.

Art. 3º - Devem ser anexados à ficha socioeconômica os seguintes documentos:

- a) Cópia da carteira de identidade e CPF ou CNH dos demais componentes do grupo familiar, e no caso de menor de 18 anos apenas cópia da certidão de nascimento e ou carteira de identidade;
- b) Em caso de óbito dos pais ou cônjuge do estudante, cópia da certidão de óbito caso não conste no grupo familiar por esta razão;
- c) Em caso de separação ou divórcio dos pais, cópia de documento comprobatório e da sentença que determina o valor da pensão ou ex-conjuge juntamente com os três últimos comprovantes de recebimento,

Art. 4º. Para comprovação de renda por atividade profissional, devem ser apresentados documentos conforme o tipo de atividade, sendo cópia simples ou com firma reconhecida em cartório, de todos os maiores de 18 anos do grupo familiar, conforme especificado abaixo:

I. Se for Empresário:

- a) Carteira de trabalho profissional (folha de rosto, dados pessoais, último contrato de trabalho e página seguinte em branco, últimas anotações gerais e página seguinte em branco);
- b) DECORE, Declaração de comprovantes de rendimentos (apresentar documento original) constando a descrição da atividade desenvolvida e os rendimentos dos últimos 6 meses, expedido por contador inscrito no CRC ou declaração de justificativa, sendo aceita apenas a expedida por contador inscrito no CRC;

- c) Cópia do documento constitutivo da empresa (contrato social ou declaração de registro de firma);
- d) Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica do último ano base;
- e) Três últimos extratos bancários.

II. Se for Microempresário:

- a) Carteira de trabalho profissional (folha de rosto, dados pessoais, último contrato de trabalho e página seguinte em branco, últimas anotações gerais e página seguinte em branco);
- b) Declaração de imposto de renda de pessoa jurídica e/ou física, completo e recibo de entrega da declaração e, caso a empresa não tenha movimentação, apresentar comprovante de inatividade expedido pela receita Federal e/ou Estadual;
- c) Certificado de condição de Microempreendedor Individual;
- f) Declaração Anual do Simples.
- g) Declaração contendo atividade desenvolvida e todas as receitas auferidas mensalmente, com firma reconhecida em cartório;
- h) Três últimos extratos bancários conta corrente;
- i) Cartão CNPJ (apenas para empresas abertas no ano corrente).

III. Se produtor rural e/ou agricultor:

- a) Declaração de renda emitida por sindicato rural;
- b) Quaisquer declarações tributáveis referentes a pessoas jurídicas vinculadas;
- c) Notas fiscais de vendas dos últimos 6 meses e cópia do Bloco de Produtor Rural contendo o faturamento do exercício base;
- d) Declaração do Imposto Territorial Rural- ITR.

VI. Se for trabalhador informal, prestador de serviços ou autônomo:

- a) Carteira profissional (folha de rosto, dados pessoais, último contrato de trabalho e página seguinte em branco, últimas anotações gerais e página seguinte em branco);
- b) Declaração com firmas reconhecidas em cartório do declarante e de testemunha informando o que faz e quanto recebe; (modelo em anexo)
- c) Extrato bancário conta corrente dos últimos 3 meses;
- d) Caso contribua, como autônomo ao INSS, 3 últimos guias de pagamento, compatíveis com a renda declarada;

V. Se for aposentado ou pensionista ou beneficiário de auxílio doença do INSS, ou qualquer outro Instituto de Previdência Pública ou Privada, deve apresentar:

- a) Carteira profissional (folha de rosto, dados pessoais, último contrato de trabalho e página seguinte em branco, últimas anotações gerais e página seguinte em branco); a partir de 60 (sessenta) anos não é necessária apresentação;
- b) Extrato de pagamento constando valor bruto do benefício. No caso de pagamento pelo INSS, o extrato deve ser obtido no endereço eletrônico <http://www.previdencia.gov.br> (campo – extrato de pagamento de benefício - informando o número do benefício, data de nascimento, nome do beneficiário e CPF).
- c) Cópia da última perícia negada, se for o caso.

VI. Se empregado/assalariado:

- a) Cópia da carteira de trabalho e previdência social - CTPS, desde à página de identificação, à página imediatamente subsequente ao último contrato de trabalho e,
- b) Cópia dos três últimos contracheques, e, no caso de pagamento de comissões e horas extras, apresentar os 06 últimos Contracheques.

VII. Se for estagiário ou menor aprendiz, deve apresentar:

- a) Carteira profissional (folha de rosto, dados pessoais, último contrato de trabalho e página seguinte em branco, últimas anotações gerais e página seguinte em branco);
- b) Contrato e/ou termo de compromisso de estágio/menor aprendiz em vigência indicando o valor recebidos nos 3 últimos meses;
- c) Cópia do contrato vigente e comprovante do valor da bolsa.

VIII. Se rendimentos auferidos do patrimônio:

- Contrato de locação ou de arrendamento, com firma reconhecida ou registrada em cartório, acompanhado dos últimos três comprovantes de receita.

IX. Se sem rendimentos:

- Os integrantes do grupo familiar, a partir de 18 anos, que não tiverem rendimentos, deverão apresentar cópia da Carteira de Trabalho e Previdência social - CTPS, desde a página de identificação, à página imediatamente subsequente ao último contrato de trabalho.

X. Se auxiliado por terceiros (avós, tios, ou outra pessoa):

- Comprovante do auxílio, como recibo de depósitos efetuados em conta corrente do estudante ou de outro membro familiar e,
- Declaração do valor recebido como auxílio, com firma reconhecida, registrada em cartório e comprovante do imposto de renda de quem fornece o auxílio.

XI. Se for funcionário público, apresentar:

- Os 03 (três) últimos contracheques e, no caso de pagamento de comissões e horas extras, apresentar os 06 últimos holerites/contracheques.
- No caso de exonerado, apresentar cópia da página do Diário Oficial de exoneração de cargo público conforme Lei nº 8.112/90.

XI. Se for professor eventual, apresentar:

- Declaração em papel timbrado da Instituição de Ensino, assinado pelo diretor(a), constando atividade exercida, início do exercício e a média mensal dos rendimentos brutos.

XII. Se for desempregado recebendo seguro desemprego, deve apresentar:

- Carteira profissional (folha de rosto, dados pessoais, último contrato de trabalho e página seguinte em branco, últimas anotações gerais e página seguinte em branco);
- Último extrato da parcela de seguro-desemprego, fornecido pela Caixa-Econômica Federal;

- Rescisão contratual e comprovante do saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

XIII. Se participante de programas sociais:

- a) Comprovante do último pagamento.

OBS. No caso do responsável financeiro não residir na mesma moradia do grupo familiar do candidato/aluno deverá apresentar a documentação exigida acima, também do seu grupo familiar.

Art. 5º - Para a comprovação de Imposto de Renda, anexar:

- a) Declaração de Imposto de Renda pessoa física e/ou jurídica do grupo familiar (maiores de 18 anos) se for o caso de declarante, incluindo:
- b) Todas as páginas da declaração de ajuste anual;
- c) Recibo de entrega da declaração de ajuste anual;
- d) Caso seja microempreendedor individual, anexar o SIMPLES;
- e) Informe de rendimentos;
- f) Integrante do grupo familiar, maior de 18 anos, isento da declaração de Imposto de renda: declaração de bens e rendimentos, com firma reconhecida, anexa à ficha socioeconômica.
- g) Integrantes do grupo familiar dependentes de declarante de Imposto de renda: cópia da declaração de imposto de renda do último exercício, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil.

Art. 6º - Para comprovante de moradia, anexar:

- a) **I. Casa própria**, cópia da conta de água, luz ou telefone fixo do mês atual; e IPTU e/ou Contrato de compra e Venda do imóvel.
- b) **II. Casa financiada**, cópia do último recibo de pagamento do imóvel e da conta de água, luz ou telefone fixo e IPTU.
- c) **III. Casa alugada**: cópia do contrato de locação do imóvel, do recibo ou boleto do último aluguel da residência e da conta de água, luz ou telefone fixo, acompanhado de comprovante de residência em nome do proprietário do imóvel; ou Declaração com assinatura reconhecida em cartório, caso a família requerente resida em moradia alugada sem contrato de locação, acompanhado de comprovante de residência em nome do proprietário do imóvel;
- d) **IV. Mora de favor ou casa cedida**: declaração do proprietário, com cópia da identidade deste, e de um comprovante autenticado em cartório de residência: conta de água, luz ou telefone fixo. (modelo em anexo)

Art. 7º - Se declarar doença crônica ou portador de deficiência física comprovação através de laudo médico, e receituário de medicamento contínuo;

Art. 8º - Para pagamento de pensão alimentícia:

- I. Se receber pensão informalmente, declaração constando o valor da pensão alimentícia recebida mensalmente, contendo assinatura da pessoa que paga ou recebe a pensão, reconhecida em cartório; (modelo em anexo)

II. Em caso de pagamento de pensão via depósito bancário, deve-se anexar o comprovante bancário dos três últimos meses;

III. Nos casos em que a pensão alimentícia tiver sido determinada por ordem judicial, apresentar o termo jurídico constando o valor pago mensalmente, contendo as respectivas assinaturas e os dois últimos comprovantes de pagamento atuais;

IV. No caso de não receber pensão, declaração registrado em cartório. (modelo em anexo).

Art. 9º - Para casos de outros membros do grupo familiar que estude em instituição de ensino privado anexar comprovante de matrícula e de mensalidade.

Art. 10º – **Estará disponível no setor de Serviço Social do colégio e no site todos os modelos de declaração caso seja necessário, podendo ser retirado pessoalmente.**

Art. 11º - **Será classificado o candidato, de acordo com o art. 15 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que atender aos requisitos solicitados nessa resolução.**

- a) Menor Renda bruta mensal do grupo familiar;
- b) Disponibilidade de vaga no ano/série que o candidato irá cursar;
- c) Proximidade do Colégio;
- d) Sorteio no caso de empate.

Obs.: Os candidatos avaliados e com perfil para Assistência Educacional, que não forem contemplados na primeira chamada, ficarão em **Cadastro de Reserva de Vaga** e poderão ser chamados caso haja necessidade de complementar as vagas disponíveis, no decorrer do ano letivo.

Art. 12º – **O Colégio Antônio Alves Ramos. poderá promover, a qualquer tempo, visitas domiciliares aos Bolsistas, fazer registros fotográficos, para confirmar a continuidade dos requisitos exigidos para a manutenção ou concessão da bolsa, e/ou checar informações prestadas.**

Art. 13º - **O valor da assistência educacional concedida corresponderá ao percentual de 50% ou 100% sobre o valor dos encargos educacionais do estudante. Sendo esse concedido por prazo determinado.**

Art. 14º - **Será indeferido o processo que:**

- a) Indisponibilidade de vaga;
- b) Não atender o(s) requisito(s) estabelecido(s) no edital;
- c) A renda bruta do grupo familiar declarada não for condizente com seu padrão de vida e consumo;
- d) Não atender o(s) objetivos(s) do Programa de Assistência Educacional estabelecidos no art. 1º;
- e) Apresentar documentação incompleta, inidônea ou fraudulenta.

Art. 15º - O Programa de Assistência Educacional do Colégio Antônio Alves Ramos conta com uma Comissão de Seleção e Acompanhamento nomeada pelo Diretor, constituído por:

- a) Um assistente social
- b) Um funcionário do setor financeiro
- c) Um funcionário administrativo
- d) Um funcionário setor pedagógico

Art. 16º - São atribuições da Comissão de Seleção e Acompanhamento;

- a) Analisar os processos e definir o percentual de assistência educacional em relação aos encargos educacionais, de acordo com os critérios estabelecidos;
- b) Divulgar a relação dos beneficiados com a assistência educacional;
- c) Divulgar a relação de candidatos cujos processos foram indeferidos;
- d) Zelar pela veracidade dos dados.

Art. 17º - O candidato que atender aos requisitos estabelecidos no índice de classificação para confirmar a vaga ao Programa deve:

- a) Ter efetivado a matrícula para o ano ao qual concorre;
- b) Assinar o Termo de Adesão ao Programa de Assistência Educacional do Colégio Antônio Alves Ramos de acordo com o prazo estabelecido em edital.

Art. 18º- O beneficiado pelo programa de Assistência Educacional deve atualizar anualmente a ficha socioeconômica, nas condições e prazos estabelecidos pelo edital.

- a) O benefício poderá ser renovado, alterado ou cancelado pela Comissão, mediante avaliação das condições do candidato e segundo os limites de recursos financeiros da Instituição para o Programa.

Art. 19º – Constituem causa de cancelamento da Assistência Educacional:

- a) Não efetivação da matrícula no ano em que o estudante foi classificado;
- b) Afastamento (desistência, cancelamento, abandono ou conclusão) do ano vigente;
- c) Constatação, a qualquer tempo, de inveracidade de informações e/ou de documentos fornecidos pelo estudante;
- d) Não atualização da ficha socioeconômica no prazo estabelecido pelo edital;
- e) Não atendimento ao chamado para entrevista e/ou à entrega de documentos solicitados pela Comissão;
- f) A mudança das condições que determinem a concessão tais como. Socioeconômicas do beneficiário ou grupo familiar, dos recursos do Programa, da política institucional pertinente ou da legislação vigente;

Art. 20º – A Assistência Educacional é válida para o ano indicado no edital, portanto não cobre débitos anteriores do estudante;

Art. 21º – A Assistência Educacional não pode ser transferida a outros estudantes;

Art. 22º - A Assistência Educacional aplica-se, exclusivamente, à cobertura de encargos educacionais, excluindo quaisquer valores referentes a atividades de caráter

facultativo, exceto casos que sejam avaliados pela Assistente Social, de acordo com o que diz o Plano de Atendimento ao Aluno Bolsista;

Art. 23º - Todos os estudantes matriculados e seus responsáveis legais, beneficiados ou não com Assistência Educacional, poderão formalizar denúncia por escrito, dirigida à Comissão de Seleção e Acompanhamento do Programa de Assistência Educacional, sobre possíveis irregularidades no processo de seleção.

Art. 24º- A documentação entregue não será devolvida em hipótese alguma, mesmo quando o pedido for indeferido ou a matrícula não for efetivada pelo responsável. Toda documentação será arquivada pelo Setor de Serviço Social.

Art. 25º - O benefício poderá ser extinto ou seu percentual alterado de acordo com o número de postulantes, recursos disponibilizados pela Instituição, política Institucional ou tratamento legal pertinente. Pois, a entidade reserva-se o direito de cancelar a oferta de vagas para determinada turma/ano, caso a demanda na inscrição ou matrícula seja considerada insuficiente, de acordo com o número de vagas previstas.

Art. 26º - O processo seletivo para concessão de gratuidade escolar – bolsa de estudo CEBAS será realizado sem interferências pessoais, ideológicas, político-partidárias ou privilégios, tendo como base, para a sua análise e deferimento, tão somente as informações e a documentação apresentadas pelo responsável, de acordo com a legislação vigente e com as normas institucionais.

Art. 27º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação pelo Diretor Geral desta instituição e fica revogada a resolução 01/2017.

Santa Maria, 23 de outubro de 2018.

Alexsandro Miola
Diretor

MODELOS DE DECLARAÇÕES

Declaração de Trabalhador Informal ou Eventual (trabalho esporádico)

Eu, _____,
portador (a) do RG _____ e inscrito no CPF _____,
residente à Rua _____,
nº _____ Bairro _____ Cidade _____ Estado _____,
declaro sob as penas das Leis Civil e Penal que trabalho informalmente,
exercendo atividade de _____ e retiro
aproximadamente uma renda mensal de R\$ _____,
(_____). (Descrever valor por extenso).

Para que se firme verdade, assino a presente declaração e assumo a
responsabilidade da informação prestada sob as penas da Lei (Artigo 299, do
Código Penal), junto à unidade educativa na qual pleiteio assistência
educacional para o ano de 2018.

Santa Maria, de _____ 2018.

Assinatura do Declarante

Assinatura Testemunha

Nome legível testemunha: _____

CPF: _____

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
CPF _____ RG _____, declaro sob responsabilidade e penas da lei,
que não recebo pensão alimentícia de _____ pai de meu
filho (a) _____.

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam, a qualquer tempo, no cancelamento da bolsa de estudo, se concedida, e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis.

Santa Maria, _____ de _____ de _____

DECLARAÇÃO de PENSÃO

Eu, _____,
CPF _____ RG _____, declaro sob responsabilidade e
penas da lei, que pago pensão alimentícia no valor de R\$ _____ para meu filho
(a) _____.

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam, a qualquer tempo, no cancelamento da bolsa de estudo, se concedida, e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis.

Santa Maria, _____ de _____ de _____

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, portador (a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF _____. DECLARO para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que cedo uma casa para _____ no endereço _____ BAIRRO _____ CEP _____, na cidade de _____, Estado ____, conforme cópia de comprovante anexo, por tempo indeterminado.

Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, *in verbis*:

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.”

Santa Maria, ____ de _____ de _____.
